



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE  
CENAF, Lote 7, Variante 2 - Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

## EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

### PREGÃO 08/2020 - ELETRÔNICO

PROCESSO SEI 0012872-06.2020.6.25.8000

#### ATENÇÃO

O **Acórdão 754/2015 TCU-Plenário** determina aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, **alerta-se** para que o licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, doravante denominado **TRE-SE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco – CENAF, Variante 2, Lote 7, Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, dirigida por seu Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, designados pela Portaria TRE-SE 886/2019, e regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto 10.024/2019, pela Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015, pelo Decreto nº 9.507/2018, pela Resolução CNJ 169/2013 e suas atualizações, pela Resolução TSE 23.234/2010, pela Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e pela Instrução Normativa 5/2017 SLTI/MPOG, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTAS**.

Este Pregão Eletrônico será julgado pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, e terá como fonte para o seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União, à conta do Programa de Trabalho 02.061.0033.4269.0001 - Pleitos Eleitorais - PTRES: 167864, Grupo Natureza de Despesa (GND) – Outras Despesas Correntes.

A sessão pública, com o uso de recursos de tecnologia da informação, ocorrerá às **9 (NOVE) HORAS, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, de **22 DE JULHO DE 2020**, através do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO DA LICITAÇÃO

**1.1** A presente licitação tem por objeto a **locação de veículos tipo carro popular de passeio e van/furgão, com motoristas**, conforme descrição complementar constante dos **Anexos I e IV** (Termo de Referência e Minuta de Termo de Contrato, respectivamente).

#### CLÁUSULA SEGUNDA CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**2.1** Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

**2.1.1** O credenciamento junto ao provedor do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**2.1.2** Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

**2.1.3** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros.

**2.1.4** Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão Eletrônico.

**2.2** Não será admitido o consórcio de licitantes.

**2.3** Não poderão participar deste certame:

**2.3.1** Empresários cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão.

**2.3.2** Empresas que tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de

cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-SE.

**2.3.3** Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**3.1** A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta, com a descrição do objeto ofertado e o preço, acompanhada dos documentos de habilitação previstos na **cláusula quarta**, a partir de **10 DE JULHO DE 2020**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até **22 DE JULHO DE 2020**, antes da abertura da sessão pública, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

**3.1.1** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**3.1.2** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

**3.1.3** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

**3.2** O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

**3.3** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida ou de sua desconexão.

**3.4** Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

**3.4.1** Preços em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas nos **Anexos I e IV** (Termo de Referência e Minuta de Termo de Contrato, respectivamente) e inclusos os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

**3.4.2** Especificações do objeto e prazos, conforme cláusula quinta e **Anexos I e IV** (Termo de Referência e Minuta de Termo de Contrato, respectivamente) deste Edital.

**3.4.2.1** O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante dos **Anexos I e IV** (Termo de Referência e Minuta de Termo de Contrato, respectivamente).

**3.4.2.1.1** É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

**3.4.2.1.2** Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

**3.4.3** A declaração firmada no campo próprio de que atende os requisitos do art. 3º, I ou II, da Lei Complementar 123/2006, sob pena de decadência do direito de pleitear os benefícios previstos na referida Lei.

**3.5** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**3.6** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### FORMA DE HABILITAÇÃO

**4.1** O licitante, para habilitar-se, deve apresentar os seguintes documentos:

**4.1.1** Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública ou, na sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

**4.1.1.1** Registro comercial, no caso de empresário.

**4.1.1.2** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

**4.1.1.2.1** O documento referido no item **4.1.1.2** deve contemplar o objeto deste Pregão.

**4.1.1.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

**4.1.1.4** Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica.

**4.1.1.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital.

**4.1.2** Prova de regularidade para com as fazendas federal (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos e contribuições federais e certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa da dívida ativa da União) e municipal (do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei).

**4.1.3** Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**4.1.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

**4.1.5** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**4.1.6** Ainda para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira, **especificamente para o item carro popular de passeio**, o licitante deverá comprovar patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor para ele estimado, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório.

**4.1.7** Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional do licitante, deverá(ão) ser apresentado(s) 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o licitante executa/executou contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) da **mão de obra** prevista para o **item carro popular de passeio (5 postos de trabalho)** e 50% (cinquenta por cento) dos veículos previstos para o **item van/furgão (15 veículos)**, conforme o caso.

**4.1.7.1** Para fins de atendimento à exigência constante do item **4.1.7**, o TRE-SE admitirá a soma de atestados, desde que referentes a contratos executados em períodos concomitantes.

4.1.7.2 Não serão considerados os atestados de capacidade técnico-operacional emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte o licitante.

4.1.7.3 O TRE-SE poderá realizar diligência a fim de comprovar a veracidade das informações prestadas, podendo requerer cópias de contratos, notas fiscais ou quaisquer outros documentos que comprovem inequivocamente a prestação dos serviços, **desconsiderando** a documentação caso constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados.

4.1.8 Prova de não inclusão no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

4.1.9 Prova de não inclusão no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), disponível em: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

4.2 Os empresários ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal), IV (Regularidade Fiscal Municipal), V (Qualificação Técnica) e VI (Qualificação Econômico-Financeira) **válidos** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos nos itens 4.1.1 a 4.1.7, devendo cumprir as demais exigências.

4.3 A regularidade do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) será constatada por meio de consulta *on-line* na fase de habilitação.

4.4 No sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), ao assinalar o campo específico no qual declara estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e em seu **Anexo I** (Termo de Referência), o licitante também estará declarando que não viola a proibição do art. 7º, XXXIII, da CF/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, e que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ficando, assim, dispensado do encaminhamento da declaração em referência.

## CLÁUSULA QUINTA PRAZOS

5.1 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados de sua recepção, considerando-se para este fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Instrumento.

5.2 O TRE-SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará o adjudicatário para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que receber a convocação, assinar o Termo de Contrato.

5.2.1 Integram o Termo de Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital deste Pregão Eletrônico, os seus Anexos e a proposta da Contratada.

5.3 Os prazos e as condições de execução da contratação encontram-se definidos nos **Anexos I e IV** (Termo de Referência e Minuta de Termo de Contrato, respectivamente).

## CLÁUSULA SEXTA PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

### 6.1 Esclarecimentos e Impugnação do Edital:

6.1.1 Qualquer pessoa poderá, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio do endereço eletrônico [licitacoes@tre-se.jus.br](mailto:licitacoes@tre-se.jus.br), apresentar pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório e/ou impugná-lo.

6.1.2 O Pregoeiro, auxiliado pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

6.1.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte, no TRE-SE, cujo horário de funcionamento é das 7h às 13h.

6.1.2.2 O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis nos sites [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/pregoes-2020](http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/pregoes-2020).

6.1.3 As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

6.1.4 As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

6.1.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.1.5 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

### 6.2 Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação dos Lances:

6.2.1 O Pregoeiro, via sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), dará início à sessão pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade ao item 3.1.

6.2.1.1 O Pregoeiro procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

6.2.1.2 A proposta somente será classificada para a fase de lances se atender aos requisitos **do item**.

6.2.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, o licitante poderá encaminhá-los exclusivamente por meio do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), sendo imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.2.1 O modo de disputa será aberto e os lances serão ofertados pelo **valor total de cada item**.

6.2.2.2 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

6.2.2.3 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), **observado para cada item do certame o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.2.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

6.2.3 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.2.4 A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.2.5 A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item 6.2.4 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.2.6 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens 6.2.4 e 6.2.5, a sessão pública se encerrará automaticamente.

6.2.7 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), nos termos do disposto no item 6.2.5, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

### 6.3 Aceitabilidade das Propostas e Habilitação:

#### 6.3.1 Condições Gerais de Aceitação:

**6.3.1.1** Após o encerramento da fase de lances, e antes de examinar a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta, via chat do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), ao licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar **para o item**, a fim de:

**6.3.1.1.1** Obter preço mais vantajoso para a Administração.

**6.3.1.1.2** Ajustar o(s) preço(s) que se encontre(m) superior(es) ao(s) valor(es) de referência, caso em que o licitante será convocado a fazê-lo, até o limite e no prazo informados pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

**6.3.1.2** Serão recusadas as propostas:

**6.3.1.2.1** Cujo(s) preço(s) não seja(m) ajustado(s) conforme o item **6.3.1.1.2**.

**6.3.1.2.2** Cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos sejam coerentes com os praticados no mercado.

**6.3.1.2.3** Cujas características não sejam compatíveis às especificações do objeto.

**6.3.1.3** Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexequibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), o licitante será convocado, via chat, para que se manifeste no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

**6.3.1.3.1** Para efeito de comprovação da exequibilidade da proposta de preços poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

**6.3.1.3.1.1** Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

**6.3.1.3.1.2** Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho.

**6.3.1.3.1.3** Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e junto ao Ministério da Previdência Social.

**6.3.1.3.1.4** Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares.

**6.3.1.3.1.5** Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

**6.3.1.3.1.6** Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

**6.3.1.3.1.7** Pesquisa de preços com fornecedores dos insumos utilizados.

**6.3.1.3.1.8** Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente.

**6.3.1.3.1.9** Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa.

**6.3.1.3.1.10** Estudos setoriais.

**6.3.1.3.1.11** Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

**6.3.1.3.1.12** Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

**6.3.1.3.1.13** Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**6.3.2 Tratamento Diferenciado e Favorecido (Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015):**

**6.3.2.1** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**6.3.2.2** Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item **6.3.2.1**, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

**6.3.2.3** Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) dentre as propostas empatadas.

**6.3.3 Condições Específicas de Aceitação:**

**6.3.3.1** O licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar para o **item carro popular de passeio** deverá enviar ou entregar, **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), planilha conforme **Anexo II** (Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço) e a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção – FAP e o Risco Ambiental do Trabalho – RAT do licitante.

**6.3.3.1.1** A entrega e a análise da planilha precedem a aceitação da proposta classificada em primeiro lugar.

**6.3.3.1.2** A entrega da planilha deve observar o prazo estipulado pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante, e nela devem constar os valores unitários e totais.

**6.3.3.1.3** Para o **item carro popular de passeio**, o valor a ser atribuído ao combustível, no cálculo da franquia excedente, será o constante da planilha.

**6.3.3.1.4** Nos custos indiretos, deve constar a previsão do custo com a manutenção mensal da conta vinculada para depósito dos encargos trabalhistas, consoante acordo firmado entre o TRE-SE e o Banco do Brasil, o qual estabelece a cobrança de tarifas mensais de manutenção, conforme Tabela de Tarifas afixada nas agências do Banco e disponível na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)), na forma da regulamentação vigente do Banco Central do Brasil.

**6.3.3.1.5** Caso a proposta apresente percentuais diferentes daqueles informados no **Anexo II** (Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço), o licitante deverá apresentar a respectiva justificativa e a memória de cálculo.

**6.3.3.1.6** O licitante deverá informar, na(s) planilha(s) enviada(s), o acordo, a convenção coletiva ou a sentença normativa utilizada como parâmetro para formulação de sua proposta.

**6.3.3.1.7** Para obtenção do valor de referência foram consideradas as categorias previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT firmada entre o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de Sergipe, CNPJ 15.605.801/0001-58, e o Sindicato das Empresas de Fretamento e Turismo do Estado de Sergipe, CNPJ 03.291.468/0001-70 (CCT 2019/2020), para o período 1º/3/2019 a 29/2/2020, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego com o protocolo MR047330/2019.

**6.3.3.1.8** Na elaboração de sua planilha de formação de preços, o licitante poderá utilizar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo órgão ou entidade como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, **tendo em vista que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante**, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (art. 581, § 2º, da CLT; art. 8º, inciso II, da Constituição Federal; Acórdão TCU 1097/2019-Plenário).

**6.3.3.1.9** Na hipótese de a planilha ser apresentada com incorreções, o Pregoeiro poderá conceder prazo ao licitante, nos moldes delineados no item **6.3.3.1**, para que proceda aos devidos ajustes.

**6.3.3.2** O licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar para o **item van/furgão** deverá enviar ou entregar, **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), planilha conforme **Anexo III** (Modelo de Planilha de Formação de Preço), observando-se igualmente as previsões constantes dos itens **6.3.3.1.1** e **6.3.3.1.2**.

**6.3.3.3** Havendo incorreções, as planilhas referidas nos itens **6.3.3.1** e **6.3.3.2** poderão ser corrigidas, observado o prazo estipulado pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

**6.3.3.4** Se deixar de apresentar a(s) planilha(s) conforme estabelecido neste Edital ou não providenciar o saneamento das incorreções apontadas no prazo estipulado pelo Pregoeiro, o licitante estará sujeito à penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 e será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação.

**6.3.4 Condições de Habilitação:**

**6.3.4.1** Os documentos relativos à habilitação, exigidos na **cláusula quarta** e remetidos via sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) por ocasião do encaminhamento da proposta, conforme indicado no item **3.1**, poderão ser **complementados** quando se fizer necessária essa providência.

**6.3.4.1.1** A documentação **complementar** deve ser encaminhada pelo licitante após o encerramento do envio de lances, observando-se o prazo estipulado pelo Pregoeiro, que será de no mínimo 2 (duas) horas, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

**6.3.4.1.1.1** O encaminhamento da documentação deve ser feito por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

**6.3.4.1.2** Têm-se por **complementares** à proposta e à habilitação os documentos necessários à confirmação daqueles exigidos na **cláusula quarta**, destacando-se que não se trata de documentos novos.

**6.3.4.2** Será admitida a comprovação de regularidade via Internet, por meio de consulta *on-line* a sítios oficiais, inclusive para suprir data vencida em algum documento.

**6.3.4.3** A irregularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, se houver justificativa plausível do licitante.

**6.3.4.3.1** A não regularização referida no item **6.3.4.3** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 (Art.4º, §5º do Decreto 8.538/2015).

#### **6.3.5 Outras Disposições:**

**6.3.5.1** Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

**6.3.5.1.1** Na situação prevista no item **6.3.5.1**, o Pregoeiro deverá proceder conforme os itens **6.3.1**, **6.3.2**, **6.3.3** e **6.3.4**.

**6.3.5.2** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, observado o disposto na lei 9.784/99.

**6.3.5.2.1** Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de que trata o item **6.3.5.2**, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência e o registro da ocorrência em ata.

**6.3.5.3** Em caso de desconexão do Pregoeiro nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) poderá permanecer acessível aos licitantes, retornando o Pregoeiro quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.3.5.3.1** Verificada a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada nos mesmos moldes indicados no item **6.3.5.2.1**.

**6.3.5.4** Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de **menor preço**, segundo o fator **preço global por item**, desde que atendidas as exigências de habilitação deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado o certame conforme a **cláusula oitava**.

**6.3.5.5** Se não for apurada nenhuma proposta ou licitante que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas e/ou documentação, escoimadas as causas que ensejaram a recusa das propostas e/ou a inabilitação dos licitantes.

### **CLÁUSULA SÉTIMA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**7.1** Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), em formulários próprios.

**7.2** A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pelo Pregoeiro.

**7.2.1** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

**7.3** Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte do licitante (Acórdão 339/2010 TCU Plenário).

**7.3.1** Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no item **7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

**7.3.1.1** Sucumbência – a decisão do Pregoeiro tem que causar prejuízo direto ao recorrente.

**7.3.1.2** Tempestividade – só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.

**7.3.1.3** Legitimidade – só o licitante credenciado poderá interpor recurso.

**7.3.1.4** Interesse – só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica do recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação do licitante ou de seus concorrentes no certame.

**7.3.1.5** Motivação – o recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos ao Pregoeiro, que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação dos licitantes.

**7.4** Aceita a intenção de recurso, será concedido ao recorrente prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

**7.5** Considerando o Pregoeiro, ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação ao vencedor.

**7.5.1** Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afeta o entendimento do TRE-SE sobre a questão.

**7.5.2** Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.

**7.6** Cabe ao Pregoeiro receber, examinar, instruir e decidir os recursos em até 5 (cinco) dias úteis.

**7.6.1** Quando mantiver sua decisão, o Pregoeiro deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.

**7.6.2** O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**7.7** Fica assegurado aos licitantes:

**7.7.1** O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos, por intermédio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**7.7.2** Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses na sede do TRE-SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.

**7.8** Dos atos praticados com respeito a este Pregão Eletrônico cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos casos de:

**7.8.1** Anulação ou revogação deste Pregão Eletrônico, contado da publicação do ato no Diário Oficial da União.

**7.8.2** Rescisão da contratação e/ou aplicação das penas de advertência ou de multa, contado da intimação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

**7.9** No caso específico da pena de impedimento de licitar, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do TRE-SE, cabe recurso, dirigido ao Presidente do TRE-SE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação do licitante.

**7.10** Recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**7.10.1** A Diretoria-Geral do TRE-SE poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva, nos casos previstos nos itens **7.8** e **7.9**.

**7.10.2** O recurso será dirigido à autoridade competente do TRE-SE, por intermédio do Pregoeiro, o qual, em 5 (cinco) dias úteis, o encaminhará, devidamente informado, para apreciação e decisão, em idêntico prazo.

## CLÁUSULA OITAVA

### ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 8.1** O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora **para o item**.
- 8.2** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente deste Tribunal adjudicará (exceto no caso do item **7.5**) o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 8.2.1** O adjudicatário, quando convocado, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data em que receber a comunicação, para assinar o Termo de Contrato.
- 8.2.2** Se o licitante vencedor recusar-se injustificadamente a assinar o Termo de Contrato, será aplicada a regra do item **8.3**.
- 8.3** Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, o Pregoeiro poderá convocar outro licitante para fazê-lo, desde que respeitada a ordem de classificação, comprovados os requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação.
- 8.4** É vedada ao adjudicatário a sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.
- 8.4.1** É vedada a subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE-SE.
- 8.5** A Autoridade competente do TRE-SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 8.6** A anulação do procedimento deste Pregão por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, não gerando obrigação do TRE-SE em indenizar a Contratada, ressalvado o disposto no item **8.8**.
- 8.7** A declaração de nulidade da contratação originada por este Pregão opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.
- 8.8** A nulidade não exonera o TRE-SE do dever de indenizar a Contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 8.9** No caso de desfazimento do processo licitatório, ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## CLÁUSULA NONA

### PENALIDADES EM SEDE DE SESSÃO PÚBLICA

- 9.1** O **licitante** que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o art. 4º, XIV, da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento, em seu(s) Anexo(s), e das demais cominações legais:
- 9.1.1** **Por até 2 (dois) meses**, quando não entregar a documentação exigida para o certame.
- 9.1.2. Por até 4 (quatro) meses:**
- 9.1.2.1** Quando ensejar o retardamento da execução do certame.
- 9.1.2.2** Quando não mantiver a proposta.
- 9.1.3** **Por até 2 (dois) anos**, quando comportar-se de modo inidôneo.
- 9.2** O retardamento na execução do certame referido no item **9.1.2.1** é qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.
- 9.3** A não manutenção da proposta referida no item **9.1.2.2** verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido do licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.
- 9.4** O comportamento inidôneo referido no item **9.1.3** é a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura destinada a prejudicar a veracidade de seu teor original.
- 9.5** Quando a ação ou omissão do licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.
- 9.6** Para que seja aplicada a sanção prevista no item **9.1**, deve ser instaurado processo administrativo a fim de oportunizar a defesa prévia ao interessado, mediante o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.
- 9.7** A competência para aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

## CLÁUSULA DÉCIMA

### DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1** Integram este Edital os seguintes anexos:
- 10.1.1** Anexo I – Termo de Referência.
- 10.1.2** Anexo II – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço para o item carro popular de passeio.
- 10.1.3** Anexo III – Modelo de Planilha de Formação de Preço para o item van/furgão.
- 10.1.3** Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato.
- 10.2** As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, Gestão/Fiscalização da Contratação, forma de pagamento, alteração de preços e penalidades constam dos **Anexos I e IV** (Termo de Referência e Minuta de Termo de Contrato, respectivamente).
- 10.3** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 10.4** A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Edital, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor.
- 10.4.1** O limite estabelecido no item **10.4** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os Contratantes.
- 10.5** A suspensão dos trabalhos, necessariamente registrada, quer por desconexão superior a 10 (dez) minutos, quer por decisão do Pregoeiro, terá seu reinício subordinado à comunicação expressa aos licitantes, observada a previsão constante do item **6.3.5.2.1**.



**10.6** É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade competente do TRE-SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, observando-se para tanto os termos do item **6.3.5.2.1**.

**10.7** O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da sua habilitação.

**10.8** Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694 ou pelo endereço eletrônico [licitacoes@tre-se.jus.br](mailto:licitacoes@tre-se.jus.br).

**10.9** As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**10.10** Aplicam-se a este Instrumento e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), a Lei 10.520/2002, o Decreto 10.024/2019, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 8.538/2015, o Decreto nº 9.507/2018, a Resolução CNJ 169/2013 e suas atualizações, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e a Instrução Normativa 5/2017 SLTI/MPOG.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1.** Locação de veículos tipo carro popular de passeio (item **2.1.**) e van/furgão (item **2.2.**), de propriedade da CONTRATADA ou a ela vinculados juridicamente, com motoristas:
- 1.1.1.** Com ar condicionado.
- 1.1.2.** Devidamente abastecidos a álcool, gasolina ou diesel.
- 1.1.3.** Em perfeito estado de conservação e funcionamento.
- 1.1.4.** Com seguro total (inclusive franquia).
- 1.2.** Os veículos serão conduzidos por motoristas da empresa, que deverão portar carteira de habilitação na classe "B" para carro popular de passeio (item **2.1.**) e "D" para van/furgão (item **2.2.**).
- 1.2.1.** Será obrigatória a apresentação à Gestão/Fiscalização da Contratação do nome do motorista com a carteira habilitada para a condução do veículo requerido no objeto deste Instrumento.
- 1.2.2.** Será obrigatória a apresentação de certificado de curso de direção defensiva para os motoristas, que deverá ser entregue à Gestão/Fiscalização da Contratação no início da atividade junto ao TRE-SE.
- 1.3.** As datas definidas para execução dos serviços poderão sofrer alterações, as quais serão informadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência do novo momento para o início das atividades.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. Carro Popular de Passeio:

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO SIASG	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	QUANTIDADE (24/8 a 22/9/2020)	QUANTIDADE (23/9 a 17/11/2020)	QUANTIDADE (18/11 a 1/12/2020, se for o caso)	MÉTRICA	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
1	2508-9	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS – LEVES / PESADOS / COM MOTORISTAS	a) Motor 1000cc ou superior. b) Ano de fabricação: 2016 ou superior. c) Quatro portas, com capacidade mínima para 5 (cinco) pessoas. d) Franquia mensal de 3.000 km por veículo. d.1) Os quilômetros da franquia não utilizados por um veículo ficarão como crédito para os outros veículos dentro do período contratado (agosto a dezembro), de modo que, na apuração do valor a ser pago referente à franquia, será considerado o somatório de quilômetros percorridos por cada veículo nesse período. d.2) O valor do quilômetro excedente à franquia corresponderá ao valor do custo do veículo (locação + combustível) dividido	6	10	10	Serviço	R\$ 279.838,01

			pela franquia mensal, sendo pago ao final do período de contratação (a quilometragem excedente não deve considerar o valor de mão-de-obra).				
--	--	--	---	--	--	--	--

- 2.1.1. Composição do serviço:**
- 2.1.1.1.** 6 (seis) veículos para o período de 24/8/2020 a 22/9/2020.
- 2.1.1.2.** 10 (dez) veículos para o período de 23/9 a 17/11/2020.
- 2.1.1.2.1.** Se houver segundo turno de eleições, a prestação do serviço se prolongará até o dia 1/12/2020.
- 2.1.2.** Os veículos ficarão à disposição da Justiça Eleitoral, nos endereços abaixo indicados, para atendimento das demandas de deslocamento no estado de Sergipe:
- 2.1.2.1. Sede do TRE-SE:** CENAF, Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000.
- 2.1.2.2. Sede dos Cartórios Eleitorais da Capital:** Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, situado na Rua Itabaiana, 580, São José, Aracaju/SE, CEP 49.015-110.
- 2.1.2.3.** A Gestão/Fiscalização da Contratação informará, com antecedência mínima de 72h, o horário de início das atividades.

**2.2. Van/Furgão:**

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO SIASG	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	QUANTIDADE (13*, 14 e 15/11/2020)	QUANTIDADE (27*, 28 e 29/11/2020)	MÉTRICA	VALOR DE REFERÊNCIA
2	2508-9	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS – LEVES / PESADOS / COM MOTORISTAS	a) Ano de fabricação: 2014 ou superior. b) Van ou furgão com carroceria fechada com espaço de carga de no mínimo 5 m³. c) Franquia por turno da Eleição de 200 km por veículo (1º turno, dias 14 e 15/11/2020; 2º turno, dias 28 e 29/11/2020). c.1) Os quilômetros da franquia não utilizados por um veículo ficarão como crédito para os outros veículos dentro do período contratado (turno das Eleições), de modo que, na apuração do valor a ser pago referente à franquia, será considerado o somatório de quilômetros percorridos por cada veículo nesse período.	10 (dia 13/11/2020)	10 (dia 27/11/2020).	Serviço	R\$ 93.545,36
				30 (demais dias).	30 (demais dias).		

- 2.2.1. Composição do serviço:**
- 2.2.1.1.** 30 (trinta) veículos (van/furgão) para os dias 14 e 15/11/2020 e, se houver segundo turno, para os dias 28 e 29/11/2020.
- 2.2.1.1.1.** Os serviços de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas serão realizados nas datas especificadas no item **2.2.1.1**, no entanto, nos dias 13 e 27/11/2020 (se for o caso), 10 (dez) veículos (van/furgão) deverão se apresentar às 13 horas, para atividade de carregamento de urnas.
- 2.2.1.1.2.** A Gestão/Fiscalização da Contratação informará, com antecedência mínima de 72h, o horário de início das atividades nos dias 14, 15, 28 e 29/11/2020.
- 2.2.2.** Os veículos ficarão à disposição da Justiça Eleitoral, permanecendo nas Sede do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais da Capital, aguardando os possíveis chamados para execução das atividades.
- 2.2.3.** Para o cálculo dos quilômetros rodados por cada veículo serão considerados apenas os trechos que envolvam deslocamento em serviço.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1.** A realização de eleições envolve diversas atividades preparatórias, a exemplo de convocações de integrantes que atuarão no pleito (mesários), vistoria em locais de votação, ações de fiscalização, transporte de materiais, dentre outras, cuja execução não é absorvida pela estrutura administrativa existente do Tribunal, impondo-se ao TRE-SE a realização de contratações sazonais, cuja vigência, em regra, se exaure após a conclusão do pleito.
- 3.2.** O objeto pretendido, no caso, visa ao atendimento das necessidades de deslocamento no estado de Sergipe, comumente intensificadas a partir do mês de julho dos anos eleitorais, neste ano, em razão do adiamento das eleições, a partir do mês de agosto, especialmente nos dias das eleições, com o transporte de urnas eletrônicas e ações de fiscalização em locais de votação.
- 3.2.1.** Sem esse suporte adicional, a logística do pleito eleitoral restaria prejudicada, ocasionando, por exemplo, atrasos no início dos procedimentos de votação e de totalização do pleito.
- 3.3.** Destarte, o item de contratação **2.1. (carro popular de passeio)** atenderá às necessidades da sede do Tribunal, complementarmente à sua frota, nos Cartórios Eleitorais localizados na Grande Aracaju e, eventualmente, nos Cartórios Eleitorais fora da Grande Aracaju.
- 3.3.1.** Por sua vez, o item **2.2. (Van/Furgão)** visa à consecução das necessidades da sede do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais quanto ao transporte de Urnas Eletrônicas da sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe para os locais de votação e Cartórios Eleitorais do município de Aracaju, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

**CLÁUSULA QUARTA - DA CARGA HORÁRIA, DAS DIÁRIAS E DO HORÁRIO EXTRAORDINÁRIO**

- 4.1. Da Carga Horária:**
- 4.1.1.** Para os condutores dos veículos do item **2.1. (carro popular de passeio)**, a carga horária será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e as atividades serão realizadas, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, podendo verificar-se, a critério do CONTRATANTE, aos sábados, domingos e feriados.
- 4.2. Das Diárias:**



4.2.1. Somente caberá o pagamento de diárias para deslocamentos realizados pelos condutores dos veículos do item 2.1. (**carro popular de passeio**) e para as localidades que estejam fora dos limites da “Grande Aracaju”.

4.2.1.1. Fica estabelecido como sendo limites da “Grande Aracaju” os municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros.

4.2.2. Estimam-se os seguintes quantitativos de diária:

DIÁRIAS	QUANTIDADE ESTIMADA
Diária sem pernoite para fora da “Grande Aracaju”	150
Diária com pernoite para fora da “Grande Aracaju”	30

4.2.3. Por ocasião de viagens a serviço, a CONTRATADA deverá fornecer diária, conforme detalhamento a seguir:

4.2.3.1. Diária com pernoite para localidades fora da “Grande Aracaju” e dentro do Estado de Sergipe: destinada a cobrir despesas com alimentação e hospedagem, a ser cotada na planilha de formação de preço de acordo com o valor líquido mínimo fixado (valor bruto da diária, descontado o valor do benefício-alimentação).

4.2.3.2. Diária sem pernoite para localidades fora da “Grande Aracaju” e dentro do Estado de Sergipe: destinada a cobrir despesas com alimentação (café da manhã, almoço e jantar), a ser cotada na planilha de formação de preço de acordo com o valor líquido mínimo fixado (valor bruto da diária, descontado o valor do benefício-alimentação).

4.2.3.3. Fará jus a perceber a diária sem pernoite o empregado que estiver em viagem no período do almoço e cujo retorno à Sede do Tribunal ocorra após às 13h.

4.2.4. O valor da diária deverá ser pago pela CONTRATADA ao motorista pelo menos 1 (um) dia antes da viagem, conforme solicitação da Gestão/Fiscalização da Contratação.

4.2.5. A CONTRATADA deverá apresentar, em Nota Fiscal diversa daquela relativa aos serviços correspondentes à mão de obra, os valores a serem pagos com diárias do mês anterior, comprovadas através de depósito bancário realizado em favor dos motoristas.

4.2.6. Ao valor atribuído ao reembolso das diárias serão acrescidos a taxa de administração, lucro e tributos previstos na planilha de custos apresentada pela empresa quando da licitação.

4.2.7. A CONTRATADA será reembolsada pelo valor das diárias efetivamente utilizadas e comprovadas através da solicitação feita pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

4.2.8. Salvo se o deslocamento se der em sábados, domingos e feriados, a CONTRATADA deverá descontar das diárias o valor correspondente ao vale-alimentação, se foi previsto o seu pagamento.

4.2.9. O licitante deverá apresentar na Planilha de Custos, para os motoristas dos veículos relacionados no item 2.1. (**carro popular de passeio**), os valores das diárias, conforme quantitativos informados no item 4.2.2.

4.3. Do Serviço Extraordinário:

4.3.1. Em casos excepcionais, para os motoristas dos veículos relacionados no item 2.1. (**carro popular de passeio**), havendo a necessidade de prorrogação da jornada diária, sem compensação, a hora excedente será remunerada conforme o número de horas efetivamente trabalhadas por empregado mediante a aplicação do percentual definido na respectiva convenção coletiva de trabalho ou, na ausência de previsão, de 50% (cinquenta por cento), quando se der em dias úteis e aos sábados, e de 100% (cem por cento), quando se der nos domingos e feriados.

4.3.1.1. Não haverá acréscimo no pagamento dos serviços de transporte do item 2.2. (**van/furgão**) quando os condutores dos veículos ultrapassarem a jornada normal de trabalho ou por ocasião da realização do trabalho em sábados e domingos, de modo que o valor proposto pelo licitante deverá incluir os custos correspondentes à prestação de serviços extraordinários.

4.3.2. A prestação de serviço extraordinário deverá ser comunicada à CONTRATADA pela Gestão/Fiscalização da Contratação, a quem compete solicitar, justificar, autorizar e comprovar a necessidade de serviço em horário extraordinário.

4.3.2.1. Somente serão pagas as horas-extras cuja necessidade tenha sido comunicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação à CONTRATADA.

4.3.3. Estima-se a realização da seguinte quantidade de horas-extras para os condutores dos veículos do item 2.1. (**carro popular de passeio**):

HORAS EXTRAS	QUANTIDADE ESTIMADA (h)	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Dias úteis e sábados	800	(Valor da remuneração/220) X Fator
Domingos e feriados	500	(Valor da remuneração/220) X Fator

4.3.4. Os valores do serviço extraordinário, relativos aos veículos do item 2.1. (**carro popular de passeio**), somente serão ressarcidos quando comprovado o pagamento ao empregado mediante espelho do demonstrativo de pagamento (contracheque).

4.3.5. Fica facultada a opção pelo regime de compensação de jornada de trabalho e de banco de horas, nos termos da legislação que rege a categoria.

CLÁUSULA QUINTA - DA QUILOMETRAGEM EXCEDENTE

5.1. Carro Popular de Passeio (item 2.1.):

5.1.1. Os quilômetros da franquia não utilizados por um veículo ficarão como crédito para os outros veículos dentro do período de contratação (agosto a dezembro), de modo que, na apuração do valor a ser pago referente à franquia, será considerado o somatório de quilômetros percorridos por cada veículo nesse período.

5.1.1.1. O valor do quilômetro excedente corresponderá ao valor do custo do veículo (locação + combustível) dividido pela franquia mensal (a quilometragem excedente não deve considerar o valor de mão de obra):

TABELA I

CONSIDERANDO EXCLUSIVAMENTE O 1º TURNO			
PERÍODO	QUANT. DE VEÍCULOS	FRANQUIA TOTAL POR MÊS PARA CADA VEÍCULO	TOTAL DA FRANQUIA NO PERÍODO
De 24/8 a 22/9/2020	06	3.000 Km	17.400 Km
De 23/9 a 17/11/2020	10		55.000 km
TOTAL			72.400 Km

TABELA II

CONSIDERANDO O 1º E 2º TURNOS			
PERÍODO	QUANT. DE VEÍCULOS	FRANQUIA TOTAL POR MÊS PARA CADA VEÍCULO	TOTAL DA FRANQUIA NO PERÍODO
De 24/8 a 22/9/2020	06	3.000 Km	17.400 km
De 23/9 a 1/12/2020	10		69.000 km
TOTAL			86.400 Km

5.1.2. Será considerado para efeito de cálculo do **excedente de quilometragem**, estimativa correspondente a 10% (dez por cento) do utilizado para a franquia de cada mês, levando-se em conta o período da contratação (agosto a dezembro), conforme tabela abaixo:

PERÍODO (A)	QUANTIDADE MÁXIMA DE VEÍCULOS UTILIZADOS NO PERÍODO (B)	ESTIMATIVA FRANQUIA MÉDIA POR MÊS (C)	TOTAL EXCEDENTE FRANQUIA ESTIMADA DO SERVIÇO (10%)
De 24/8 a 22/9/2020	06	3.000 Km	1.740 Km
De 23/9 a 1/12/2020	10	3.000 km	6.900 km
TOTAL			8.640 Km

5.1.2.1. Para efeito da quantidade de veículos utilizados, consideraram-se o 1º e o 2º turno, conforme **tabela II** do item 5.1.1.1.

5.2. Van/Furgão (item 2.2.):

5.2.1. Os quilômetros da franquia não utilizados por um veículo ficarão como crédito para os outros veículos dentro do período contratado, de modo que, na apuração do valor a ser pago referente à franquia, será considerado o somatório de quilômetros percorridos por cada veículo nesse período.

CONSIDERANDO O 1º E O 2º TURNO		
PERÍODO / DIAS (A)	QUANT. DE VEÍCULOS (B)	FRANQUIA TOTAL POR TURNO (200 km X B) (C)
14 e 15/11/2020	30	6.000 km
28 e 29/11/2020	30	6.000 km
SOMATÓRIO		12.000 km

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

6.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste Instrumento, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A CONTRATADA deverá:

6.2.1. Executar os serviços objeto deste Instrumento de acordo com o pactuado, devendo estar atenta às disposições de normas e Leis que tratam da segurança do veículo, equipamentos e condutor, como também à legislação trabalhista, além das normas e Leis que venham a ser publicadas durante a vigência do período de execução da contratação e que tenham estrita relação com o objeto contratado.

6.2.2. Responsabilizar-se pelos danos causados ao TRE-SE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação por seus funcionários, bem como pelas multas de infração ao Código de Trânsito Brasileiro, apresentando seguro privado ou declaração de responsabilidade civil e criminal pelos atos de seus motoristas durante a execução do serviço.

6.2.3. Comprovar que os veículos disponibilizados para a execução do serviço são de sua propriedade ou lhe são vinculados juridicamente.

6.2.4. Designar, no prazo da assinatura do Contrato (2 dias úteis), responsável para representá-la na execução do seu objeto, reservando-se ao TRE-SE o direito de determinar, a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a CONTRATADA deverá indicar outro profissional.

6.2.5. Manter, durante a vigência da contratação, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

6.2.6. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno do CONTRATANTE, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde serão executados os serviços.

6.2.7. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

6.2.8. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que está sendo prestado.

6.2.9. Refazer os serviços que, a juízo do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

6.2.10. Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do CONTRATANTE.

6.2.11. Manter seus empregados sob as normas disciplinares do CONTRATANTE, substituindo, no prazo indicado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo CONTRATANTE.

6.2.11.1. O substituto somente será aceito após comprovação prévia de atendimento das qualificações especificadas neste Instrumento, desde que uniformizado (se for o caso) e portando crachá de identificação.

6.2.12. Manter os seus empregados devidamente identificados por **crachá**, na forma abaixo, além de fornecer e fiscalizar o correto uso dos equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços, quando for o caso.

6.2.12.1. O crachá (um por empregado) deve ser em material acrílico e deve conter: foto recente [no mínimo dentro dos 3 (três) meses antes do início do Contrato], nome completo, RG, tipo sanguíneo e suporte com dispositivo para fixação.

6.2.12.2. É expressamente vedada aos motoristas a utilização de chinelos ou qualquer calçado que não os apropriados para o serviço.

**6.2.12.3.** Para os condutores dos veículos de passeio especificados no item **2.1.**, além de crachá, **deverá ser fornecido uniforme, desde o momento da inspeção veicular**, na forma a seguir: **(a)** 2 (duas) calças sociais pretas; **(b)** 2 (duas) camisas azuis claras de mangas curtas em tecido 100% algodão; **(c)** 1 (um) cinto preto em couro; **(d)** 1 (um) par de sapatos pretos tipo social e em couro; **(e)** 2 (dois) pares de meias tipo social pretas em algodão para sapato social.

**6.2.12.3.1.** O uniforme deverá ser fornecido mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue ao CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias a contar do fornecimento, não podendo ser repassado o custo do uniforme aos funcionários.

**6.2.13.** Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a Gestão/Fiscalização da Contratação, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados.

**6.2.14.** Coordenar e controlar a execução dos serviços prestados.

**6.2.15.** Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

**6.2.16.** Assumir todas as responsabilidades e, por meio do preposto, tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito.

**6.2.17.** Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência.

**6.2.18.** Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados.

**6.2.19.** Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do Tribunal, por meio próprio ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário, para assegurar a continuidade normal dos trabalhos.

**6.2.20.** Efetuar o pagamento de salários e demais verbas via depósito bancário, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo as comprovações respectivas.

**6.2.21.** Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

**6.2.22.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução da contratação, ainda que acontecidos em dependência do CONTRATANTE.

**6.2.23.** Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução da contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

**6.2.24.** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

**6.2.25.** Fornecer à Gestão/Fiscalização da Contratação relação nominal de condutores, contendo os respectivos endereços e telefones residenciais, bem como os números de telefones celulares e, quando for o caso, comunicar imediatamente quaisquer modificações havidas na relação.

**6.2.26.** Apresentar na sede do TRE-SE:

**6.2.26.1.** Para o item **2.1. (carro popular de passeio)**: no dia 21 de agosto de 2020, sexta-feira, às 9h, os veículos e seus condutores.

**6.2.26.1.1.** Nesse momento, a Gestão/Fiscalização da Contratação inspecionará os veículos, verificará a presença e conformidade dos documentos (veículo e condutor) necessários à prestação dos serviços, além de promover ambientação dos condutores/motoristas quanto às rotinas de trabalho e procedimentos administrativos.

**6.2.26.1.2.** Eventuais falhas físico-mecânicas constatadas na inspeção veicular, ou inconformidades documentais (veículo e condutor), deverão ser **corrigidas** antes do momento do início da prestação dos serviços ou no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, se já iniciado.

**6.2.26.1.2.1.** Por correção, entende-se não apenas o reparo da falha físico-mecânica ou a regularização das inconformidades documentais, mas também a eventual substituição do veículo, se necessária essa providência.

**6.2.26.1.2.2.** Com ou sem necessidade de substituição do veículo, haverá nova inspeção.

**6.2.26.2.** Para o item **2.2. (van/furgão)**: na semana que anteceder o dia da eleição, em dia e horário previamente agendados pela Gestão/Fiscalização da Contratação, os veículos que serão utilizados na prestação dos serviços.

**6.2.26.2.1.** No dia agendado em consonância com o item **6.2.26.2.**, a Gestão/Fiscalização da Contratação inspecionará os veículos e verificará a presença e conformidade dos documentos (veículo e condutor) necessários à prestação dos serviços.

**6.2.26.2.2.** Eventuais falhas físico-mecânicas constatadas na inspeção veicular, ou inconformidades documentais (veículo e condutor), deverão ser corrigidas antes do momento do início da prestação dos serviços ou no prazo de 2 (duas) horas, se já iniciado.

**6.2.26.2.2.1.** Por correção, entende-se não apenas o reparo da falha físico-mecânica ou a regularização das inconformidades documentais, mas também a eventual substituição do veículo, se necessária essa providência.

**6.2.26.2.2.2.** Com ou sem necessidade de substituição do veículo, haverá nova inspeção.

**6.2.27.** Orientar os condutores/motoristas à:

**6.2.27.1.** Apresentarem-se asseados, com crachá e uniformizados (quando for o caso).

**6.2.27.2.** Cumprirem as normas da legislação de trânsito.

**6.2.28.** Apresentar, quando da execução dos serviços, veículos limpos e abastecidos.

**6.2.28.1.** Para o item **2.1. (carro popular de passeio)**, haverá previsão de lavagem semanal dos veículos, **às expensas da CONTRATADA**, previamente agendada pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

**6.2.29.** Apresentar a documentação indicada na **cláusula sétima** na forma e no prazo lá consignados.

**6.2.30.** Informar, previamente ao início das atividades, endereço eletrônico (e-mail) para realização de tratativas durante a execução da contratação, se necessárias, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

**6.2.31.** Observar as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.

**6.2.32.** Acatar as diretivas, decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito.

**6.2.33.** Além das obrigações supracitadas, a CONTRATADA, para o item **2.1. (carro de popular de passeio)**, deverá:

**6.2.33.1.** Entregar, no 1º (primeiro) dia útil de cada mês, as folhas de ponto de seus empregados, oportunidade em que providenciará o recolhimento dos controles de frequência do mês anterior, devidamente conferidos pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou auxiliares na fiscalização.

**6.2.33.2.** Assinar, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do Tribunal, os documentos de abertura da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do TRE-SE.

**6.2.33.3.** Responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como: salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

**6.2.33.4.** Autorizar o TRE-SE, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização e sem prejuízo das sanções cabíveis, a deduzir das Faturas devidas os valores referentes aos salários e demais benefícios e a realizar os pagamentos diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS.

**6.2.33.4.1.** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto contratado.

**6.2.33.4.2.** O disposto no item **6.2.33.4.** não exige a obrigação da CONTRATADA relativa à emissão e ao envio da folha de pagamento e das guias previstas no item **7.1.2.1.**, referentes ao mês da Fatura.

**6.2.33.4.3.** Para o cumprimento da excepcionalidade descrita no item **6.2.33.4.**, a CONTRATADA deverá apresentar demonstrativos individualizados de pagamento, com relação de CPF e dados bancários de seus empregados, a fim de viabilizar o desconto na Fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas previstas.

**6.2.33.5.** Executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida, caso solicitado previamente pelo CONTRATANTE e desde que haja acordo individual escrito ou o instrumento coletivo autorizativo.

**6.2.33.6.** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com este Tribunal, não sendo possível o envio de trabalhadores tipo diarista, sem vínculo empregatício com a empresa vencedora do certame e contratada para a execução do serviço solicitado neste Instrumento.

**6.2.33.7.** Orientar os empregados quanto à necessidade de manter o distanciamento social, usar máscaras e álcool em gel constantemente, dentre outras medidas que se fizerem necessárias ao combate/prevenção à COVID-19, conforme regras a serem repassadas pela Gestão/Fiscalização do Contrato.

**6.2.33.7.1** A CONTRATADA também deverá fornecer os seguintes equipamentos de proteção/material para higienização das mãos:

a. máscara de tecido, lavável e reutilizável, conforme quantitativos e especificações abaixo discriminados:

a.1. 4 unidades mensais para os condutores dos veículos de passeio relacionados no item 2.1; 2 unidades - para os 3 dias -, para os condutores indicados no item 2.2;

a.2. a máscara deverá possuir 3 (três) camadas: a) camada interna com material absorvente (como algodão); b) camada intermediária de polipropileno, para funcionar como filtro; c) camada externa com material pouco absorvente como o poliéster; elástico que prenda na orelha e tamanho suficiente de modo a cobrir totalmente a boca e nariz e serem bem ajustadas ao rosto, sem deixar espaços nas laterais

b. álcool em gel a 70%, antisséptico para as mãos: previsão de 1,320 litros por mês, para condutores dos veículos de passeio especificados no item 2.1; 180 mililitros para 3 dias, para os condutores especificados no item 2.2;

c. dispenser, tipo válvula pump-bico de pato: 1 (uma) unidade do produto, por motorista.

### **6.3. É expressamente vedado à CONTRATADA:**

**6.3.1.** Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

**6.3.2.** Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir totalmente) a contratação.

**6.3.3.** Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

**6.3.4.** Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

**6.3.5.** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **6.4. O CONTRATANTE deverá:**

**6.4.1.** Emitir Nota de Empenho.

**6.4.2.** Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA.

**6.4.3.** Comunicar formalmente à CONTRATADA, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual.

**6.4.4.** Proporcionar à CONTRATADA as condições indispensáveis ao fornecimento do objeto deste Instrumento.

**6.4.5.** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

**6.4.6.** Fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado.

**6.4.7.** Disponibilizar local nas dependências dos imóveis da Justiça Eleitoral de Sergipe para estacionamento dos veículos relativos ao item **2.1. (carro popular de passeio)**.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**

**7.1.** Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, independentemente de solicitação, a documentação a seguir relacionada:

**7.1.1.** Acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social — CND.

b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF.

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

d) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

f) Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (RANFS) emitido pela Prefeitura Municipal de Aracaju/SE, no caso de o prestador de serviço não estar sediado na referida municipalidade.

**7.1.1.1.** Com exceção do RANFS, os documentos indicados no item **7.1.1.** poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

**7.1.2.** Apenas para a prestação de serviço relativa ao item **2.1. (carro popular de passeio)**:

### **7.1.2.1. Mensalmente:**

a) Os documentos indicados no item **7.1.1.**

b) Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social — GFIP, Guia da Previdência Social — GPS e a Guia de Recolhimento do FGTS referente ao mês anterior da fatura/folha de pagamento e os comprovantes de pagamento da GPS, se for o caso, e da GRF, ou outros documentos que os substituírem.

c) Cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade CONTRATANTE; ou cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) do mês da prestação dos serviços, e ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários.

d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio alimentação etc.) a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços.

e) Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

**7.1.2.1.1.** A exigência da documentação elencada no item **7.1.2.1.** poderá ser flexibilizada posteriormente, mediante acordo em reunião de delineamento ou por meio de comunicação eletrônica do CONTRATANTE à CONTRATADA.

**7.1.2.2.** A qualquer momento, quando solicitado pela Fiscalização Administrativa:

a) Extratos de informações previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço — FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA.

b) Protocolo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, até o mês seguinte à data prevista em normativo próprio expedido pelo Ministério competente.

**7.1.2.3. Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, em caso de admissão/demissão de empregados ou quando da ocorrência do fato gerador:**

**7.1.2.3.1. No primeiro mês de prestação dos serviços:**

**7.1.2.3.1.1. Até 1 (um) dia antes do início dos trabalhos:** relação nominal dos empregados contendo nome completo, cargo ou função, horário de trabalho, RG, CPF, bem como todos os documentos que comprovem a experiência e qualificação dos profissionais alocados, previstos neste Instrumento.

**7.1.2.3.1.1.1.** Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (sede e demais unidades) de empregados não integrantes da relação mencionada no item 7.1.2.3.1.1., devendo qualquer alteração ser imediatamente comunicada à Gestão/Fiscalização da Contratação.

**7.1.2.3.2. Até 15 (quinze) dias** após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novos empregados: cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, ou registros eletrônicos nos sistemas informatizados da CTPS em meio digital e dos exames médicos admissionais dos empregados vinculados à prestação de serviços avençados.

**7.1.2.3.3. Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão da contratação),** em relação aos empregados que foram demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução contratual, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

**7.1.2.3.3.1.** Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria, de acordo com a legislação vigente aplicável.

**7.1.2.3.3.2.** Exames médicos demissionais, quando cabíveis.

**7.1.2.3.3.3.** Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.

**7.1.2.3.3.4.** Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

**7.1.2.3.4. Até 10 (dez) dias, a contar do fato gerador:**

**7.1.2.3.4.1.** Aviso de férias e o respectivo comprovante de pagamento.

**7.1.2.3.4.2.** Folha de pagamento do décimo terceiro salário, acompanhada do comprovante de pagamento/depósito dos valores, da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP.

**7.1.2.3.4.3.** Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, Guia Rescisória do FGTS, com os respectivos comprovantes de pagamento.

**7.1.2.3.4.4.** Declaração de renúncia de vale-transporte assinada pelo empregado e pela CONTRATADA.

**7.2.** Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contado a partir do recebimento de diligência da Gestão/Fiscalização da Contratação, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

**7.3.** O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderão implicar rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidades e demais cominações legais.

## CLÁUSULA OITAVA - DO GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

**8.1.** A Gestão da Execução do Contrato será realizada pelo(a) titular da Coordenadoria de Obras e Serviços (COSER) ou, na sua ausência, pelo substituto designado.

**8.2.** A Fiscalização Técnica da contratação será realizada por servidor designado lotado na Seção de Segurança e Transporte (SESET), por meio de acompanhamento da execução do objeto contratado, cabendo-lhe comunicar à COSER, verbalmente ou por escrito, eventuais irregularidades identificadas referentes à não conformidade da execução com as condições estabelecidas para a contratação.

**8.3.** A Fiscalização Setorial será realizada pelas Chefias de Cartórios da Capital, beneficiárias diretas do objeto pactuado, que comunicarão também as irregularidades identificadas à Gestão da Execução do Contrato, verbalmente ou por escrito.

**8.4.** A Fiscalização Administrativa será realizada pelo(a) titular do Núcleo Administrativo de Fiscalização de Contratos (NAF) ou, na sua ausência, pelo substituto designado.

**8.5.** A atestação de conformidade do fornecimento do objeto caberá à Gestão da Execução do Contrato, em até 2 (dois) dias úteis contados da perfeita e efetiva prestação dos serviços, e será consignada na Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA, procedendo-se ao registro de observações, se necessário.

**8.5.1** A Gestão/Fiscalização da Contratação determinará o que for necessário à solução das irregularidades detectadas durante a execução contratual e rejeitará, no todo ou em parte, o objeto avençado que não obedecer à regras e obrigações estabelecidas para a contratação.

**8.6.** A Gestão/Fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução do objeto avençado e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao CONTRATANTE ou a terceiros.

**8.7.** Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta submeterá a matéria aos seus respectivos superiores hierárquicos, em tempo hábil, para que seja determinada a adoção das medidas cabíveis.

**8.8.** Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados em 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

**8.9.** Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços sem autorização expressa da Gestão/Fiscalização da Contratação.

## CLÁUSULA NONA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

**9.1.** A CONTRATADA deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação do serviço, Nota Fiscal/Fatura dos serviços, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no artigo 31 da Lei 8.212/1991 (e alterações).

**9.2.** A atestação da Nota Fiscal/Fatura correspondente caberá à Gestão da Execução da Contratação ou a outro servidor designado para esse fim e será feita em até 2 (dois) dias úteis contados da perfeita e efetiva prestação dos serviços.

**9.3.** No caso de as Notas Fiscais/Faturas serem emitidas e entregues ao CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 9.1., será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

**9.4.** O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **em até 10 (dez) dias úteis** contados da protocolização da Nota Fiscal/Fatura e dos documentos relacionados nos itens 7.1.1. e 7.1.2.

**9.5.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA.

**9.6.** Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do Termo de Contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

**9.7.** Ao CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações deste Instrumento e do Termo de Contrato.

**9.8.** O CONTRATANTE está autorizado a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando

estes não forem honrados pela CONTRATADA.

**9.9.** O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Instrumento e do Termo de Contrato.

**9.10.** A não apresentação da documentação de que trata a **cláusula sétima** no prazo de 30 (trinta) dias contado de sua solicitação pelo CONTRATANTE poderá ensejar a rescisão da contratação e os valores retidos cautelarmente somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se regularizados.

**9.11.** No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

**9.11.1** O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, em que:

EM = Encargos moratórios devidos.

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RETENÇÕES NA FONTE

**10.1.** Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

**10.1.1.** Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para seguridade social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei n° 9.430/1996 (e alterações).

**10.1.2.** Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB n° 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei n° 8.212/1991 (e alterações).

**10.1.3.** Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar n° 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

**10.1.4.** Da provisão de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos, nos termos da Resolução n° 169, de 31/1/2013 (e alterações), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também disciplina a forma de resgate desses valores retidos, **especificamente para o item 2.1. (carro popular de passeio).**

**10.1.4.1.** Serão retidos do pagamento do valor mensal da empresa os valores referentes às rubricas de férias, 1/3 constitucional, 13° salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13° salário, para serem depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta no nome da CONTRATADA e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Tribunal.

**10.1.4.2.** Para os fins de retenção serão observados os seguintes percentuais (conforme consta da proposta vencedora):

Rubrica	Percentual (%)
Férias e 1/3 constitucional	12,10
13° salário	8,33
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,00
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13° salário	conforme planilha do licitante

**10.1.4.3.** O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas: férias; 1/3 constitucional; 13° salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13° salário, que serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

**10.1.4.4.** Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

**10.1.4.5.** A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal para:

**10.1.4.5.1.** Resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item **10.1.4.1.**, desde que comprovado se tratar dos empregados alocados pela contratada para prestação dos serviços contratados.

**10.1.4.5.2.** Movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do Contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item **10.1.4.1.**

**10.1.4.6.** Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, conforme previsto no item **10.1.4.5.1.**, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item **10.1.4.1.**

**10.1.4.7.** O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação — será liberado à empresa no momento do encerramento da contratação, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço pactuado.

**10.1.4.8.** Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

**10.1.5.** Especificamente quanto ao pagamento de **DIÁRIAS**, aplicam-se à espécie as retenções elencadas nos subitens **10.1.1** a **10.1.3**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

**11.1.** O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REPACTUAÇÃO E DO (NÃO) REAJUSTE

**12.1.** A superveniência de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho (2020/2020) possibilitará a **repactuação de preços avençados para o item 2.1 (carro popular de passeio), exclusivamente**, desde que não operada a preclusão lógica do exercício desse direito com a formulação do pedido depois de extinto o Contrato.

**12.1.1.** Os novos valores contratuais terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra;

b) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**12.2.** As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a ser alterado.

**12.2.1.** O(s) preço(s) de insumo(s) de mão de obra decorrente(s) de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale-transporte, será(ão) reajustado(s) com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento — e por meio do mesmo instrumento — em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos do item **12.1.1**.

**12.3.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

**12.4. Não haverá reajuste dos custos com insumos e materiais**, uma vez que o interregno entre a apresentação da proposta no certame e o término da vigência da avença não será superior a 12 (doze) meses.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**13.1.** O adjudicatário prestará garantia de execução do objeto contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura.

**13.1.1.** A garantia deve ser prestada dentre as modalidades a seguir:

**13.1.1.1.** Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

**13.1.1.2.** Seguro-garantia.

**13.1.1.3.** Fiança bancária.

**13.2.** Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado em conta garantia da Caixa Econômica Federal, em favor do TRE-SE, a fim de manter a sua atualização financeira.

**13.3.** Recaindo a opção em títulos da dívida pública, os títulos deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**13.4.** A garantia prestada deverá ter validade a partir da data de assinatura do Contrato, estendendo-se a até 90 (noventa) dias após o término de vigência contratual.

**13.5.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**13.5.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

**13.5.2.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA em sede de processo administrativo sancionatório.

**13.5.3.** Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual.

**13.5.4.** Obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

**13.6.** A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à CONTRATADA reforçá-la, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

**13.7.** Em ocorrendo reajustamento de preços (no caso, repactuação e/ou revisão), o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção.

**13.8.** A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada em até 10 (dez) dias, ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, bem como descontadas as eventuais multas, finda a vigência da contratação e após atestação da Gestão da Execução do Contrato.

**13.8.1.** Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o fim do 2º (segundo) mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para esse fim.

**13.9.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado, a título de garantia.

**13.9.1.** O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

**13.9.2.** A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

**13.9.3.** O valor da multa moratória decorrente do atraso da garantia - item **15.1.2.1** - poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

**13.10.** O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

**13.11.** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**13.12.** Será considerada extinta a garantia:

**13.12.1.** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas contratuais.

**13.12.2.** Com o término da vigência do Contrato (observado o prazo previsto no item **13.4**), que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

**13.13.** Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do Contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

**14.1.** A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.

**14.2.** No processo que visa à rescisão da contratação serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acatadoras.

**14.3.** As comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela CONTRATADA.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**15.1.** Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, e garantidos, portanto, o contraditório e a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isoladamente ou não, com as seguintes reprimendas:



**15.1.1. Advertência**, a ser aplicada pela Gestão da Execução da Contratação, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

**15.1.2. Multa moratória**, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nas seguintes hipóteses:

**15.1.2.1.** Por deixar de apresentar Garantia à contratação no prazo consignado no item **13.1.**, a CONTRATADA ficará sujeita à multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor total contratado, por dia de atraso, até o limite de 2,0% (dois por cento).

**15.1.2.2.** Para o item **2.1. (carro popular de passeio)**:

**15.1.2.2.1.** Multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global da contratação, por hora de atraso decorrente do descumprimento do momento para a apresentação dos veículos, conforme estabelecido no item **6.2.26.1.**

**15.1.2.2.2.** Multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global da contratação, por hora de atraso decorrente do descumprimento do prazo para a regularização de inconformidades documentais, bem como para a correção de veículo que eventualmente apresente falha físico-mecânica, conforme estabelecido no item **6.2.26.1.2**, incluída aqui também a hipótese de substituição, se necessária essa providência, nos termos do item **6.2.26.1.2.1.**

**15.1.2.2.3.** Multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global da contratação, por dia de atraso do prazo estabelecido para a assinatura dos documentos de abertura da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação, como assentado no item **6.2.33.2.**

**15.1.2.3.** Para o item **2.2. (van/furgão)**:

**15.1.2.3.1.** Multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global da contratação, por cada 30 (trinta) minutos de atraso decorrente do descumprimento do momento para a apresentação dos veículos, conforme estabelecido no item **6.2.26.2.**

**15.1.2.3.2.** Multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global da contratação, por hora de atraso decorrente do descumprimento do prazo para a regularização de inconformidades documentais, bem como para a correção de veículo que eventualmente apresente falha físico-mecânica, conforme estabelecido no item **6.2.26.2.2**, incluída aqui também a hipótese de substituição, se necessária essa providência, nos termos do item **6.2.26.2.2.1.**

**15.1.3. Multa**, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

**15.1.3.1.** No caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado.

**15.1.3.1.1.** A inexecução total do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE se a CONTRATADA não iniciar as atividades em até 5 (cinco) dias corridos do momento estabelecido neste Instrumento e no Termo de Contrato, para o item **2.1. (carro popular de passeio)** e, para o item **2.2. (van/furgão)**, se não iniciadas as atividades no prazo de 8 (oito) horas do momento estabelecido nos mesmos documentos ora mencionados.

**15.1.3.2.** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida abaixo:

Tabela I

Grau	Correspondência (% do valor total da contratação)
1	0,2%
2	0,5%
3	1,0%
4	2,0%
5	3,0%
6	4,0%
7	5,0%

Tabela II

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado (apenas quanto ao item <b>2.1.</b> - carro popular de passeio) e/ou sem crachá	2	Por empregado e por ocorrência
2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços	2	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar	3	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	6	Por dia
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus colaboradores/funcionários	4	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto contratado	6	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, sem motivo justificado	6	Por ocorrência
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	7	Por ocorrência
9	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE	5	Por empregado e por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			

10	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	2	Por empregado e por dia
11	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	2	Por empregado e por dia
12	Manter a documentação de habilitação atualizada	2	Por item e por ocorrência
13	Cumprir horário estabelecido neste Instrumento/Termo de Contrato ou determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação	2	Por dia de ocorrência
14	Cumprir determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação para controle de acesso de seus empregados	2	Por ocorrência
15	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Gestão/Fiscalização da Contratação	3	Por ocorrência
16	Efetuar a reposição de empregados faltosos	3	Por empregado e ocorrência
17	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução da contratação nas datas avençadas	7	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios.
18	Entregar o uniforme aos empregados (apenas quanto ao item 2.1. - carro popular de passeio)	2	Por empregado e por dia de atraso.
19	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados	2	Por ocorrência e por empregado.
20	Entregar, no prazo avençado, documentação exigida na cláusula referente à DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.	2	Por ocorrência e por dia.
21	Entregar, no prazo definido, os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força deste Instrumento e/ou Termo de Contrato	3	Por ocorrência e por dia.
22	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Contrato e dos demais anexos do respectivo Edital do Pregão Eletrônico não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação	4	Por item e por ocorrência.
23	Atender normas sobre saúde, higiene e segurança do trabalho, incluídas às referentes ao combate à COVID-19	7	Por ocorrência apontada

**15.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nos prazos adiante indicados e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

**15.1.4.1. Por até 1 (um) ano**, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

**15.1.4.2. Por até 2 (dois) anos**, na hipótese de, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, ou, no caso de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação, causar prejuízo ao CONTRATANTE.

**15.1.4.3. Por até 5 (cinco) anos**, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

**15.1.4.3.1.** Para os fins do item 15.1.4.3., reputar-se-ão inidôneos atos tais como apresentar documentação e/ou fazer declaração falsa, bem como as condutas descritas nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

**15.2.** O valor das multas previstas nos itens 15.1.2. e 15.1.3., bem como o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, poderão ser descontados das faturas devidas à CONTRATADA.

**15.2.1.** Se o valor da Fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação oficial.

**15.2.2.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

**15.3.** À CONTRATADA que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

**15.3.1.** Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

**15.3.1.1.** Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

**15.3.1.2.** Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

**15.3.2.** Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

**15.3.3.** Para as penalizações que não se enquadrem nos itens 15.3.1 e 15.3.2, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da CONTRATADA e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

**15.4.** As comunicações de atos processuais serão realizadas conforme disposto no item 14.3.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

**16.1.** A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

**17.1.** As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**18.1.** Aplicam-se a este Instrumento e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), a Lei 10.520/2002, os Decretos 10.024/2019, 9.507/2018 e 8.538/2015, a Lei Complementar 123/2006, a Resolução CNJ 169/2013 e suas atualizações, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e a Instrução Normativa 5/2017 SLTI/MPOG.

#### ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO PARA O ITEM CARRO POPULAR DE PASSEIO

(Arquivo SEI 0876819)

Disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos> (pesquisar por número e ano da licitação) e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/comprasnet-siasg> (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO PARA O ITEM VAN/FURGÃO

(Arquivo SEI 0876820)

Disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos> (pesquisar por número e ano da licitação) e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/comprasnet-siasg> (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO nº XX/20XX QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA XXXX, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTAS.

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Presidente, **Des. José dos Anjos**.

**CONTRATADA:** XXX, inscrita no CNPJ (MF) sob nº XXX, estabelecida na (endereço completo, com CEP), representada pelo seu (cargo), Senhor(a) **(NOME COMPLETO)**, portador(a) da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 9.507/2018, da Resolução CNJ 169/2013 e suas atualizações, da Resolução TSE 23.234/2010, da Resolução TRE-SE 120/2015 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 08/2020 - Eletrônico, processo SEI 0002204-73.2020.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

**1.1** O presente Instrumento tem por objeto a **locação de veículos tipo carro popular de passeio e van/furgão, de propriedade da Contratada ou a ela vinculados juridicamente, com motoristas:**

**1.1.1** Com ar condicionado.

**1.1.2** Devidamente abastecidos a álcool, gasolina ou diesel.

**1.1.3** Em perfeito estado de conservação e funcionamento.

**1.1.4** Com seguro total (inclusive franquia).

**1.2** Os veículos serão conduzidos por motoristas da empresa, que deverão portar carteira de habilitação na classe "B" para carro popular de passeio (item **1.4.1**) e "D" para van/furgão (item **1.4.2**).

**1.2.1** Será obrigatória a apresentação à Gestão/Fiscalização da Contratação do nome do motorista com a carteira habilitada para a condução do veículo requerido no objeto deste Instrumento.

**1.2.2** Será obrigatória a apresentação de certificado de curso de direção defensiva para os motoristas, que deverá ser entregue à Gestão/Fiscalização da Contratação no início da atividade junto ao TRE-SE.

**1.3** As datas definidas para execução dos serviços poderão sofrer alterações, as quais serão informadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência do novo momento para o início das atividades.

**1.4 Descrição do objeto**

**1.4.1 Carro Popular de Passeio**

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	QUANTIDADE (24/8 a 22/9/2020)	QUANTIDADE (23/9 a 17/11/2020)	QUANTIDADE (18/11 a 1/12/2020, se for o caso)	MÉTRICA
------	------------------------	----------------------------------	-----------------------------------	--	---------

1	<p>a) Motor 1000cc ou superior.</p> <p>b) Ano de fabricação: 2016 ou superior.</p> <p>c) Quatro portas, com capacidade mínima para 5 (cinco) pessoas.</p> <p>d) Franquia mensal de 3.000 km por veículo.</p> <p>d.1) Os quilômetros da franquia não utilizados por um veículo ficarão como crédito para os outros veículos dentro do período contratado (agosto a dezembro), de modo que, na apuração do valor a ser pago referente à franquia, será considerado o somatório de quilômetros percorridos por cada veículo nesse período.</p> <p>d.2) O valor do quilômetro excedente à franquia corresponderá ao valor do custo do veículo (locação + combustível) dividido pela franquia mensal, sendo pago ao final do período de contratação (a quilometragem excedente não deve considerar o valor de mão-de-obra).</p>	6	10	10	Serviço
---	--	---	----	----	---------

- 1.4.1.1 Composição do serviço:**
- 1.4.1.1.1** 6 (seis) veículos para o período de 24/8/2020 a 22/9/2020.
- 1.4.1.1.2** 10 (dez) veículos para o período de 23/9 a 17/11/2020.
- 1.4.1.1.2.1** Se houver segundo turno de eleições, a prestação do serviço se prolongará até o dia 1/12/2020.
- 1.4.1.2** Os veículos ficarão à disposição da Justiça Eleitoral, nos endereços abaixo indicados, para atendimento das demandas de deslocamento no estado de Sergipe:
- 1.4.1.2.1 Sede do TRE-SE:** CENAF, Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-00.
- 1.4.1.2.2 Sede dos Cartórios Eleitorais da Capital:** Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, situado na Rua Itabaiana, 580, São José, Aracaju/SE, CEP 49.015-110.
- 1.4.1.3.** A Gestão/Fiscalização da Contratação informará, com antecedência mínima de 72h, o horário de início das atividades.

**1.4.2 Van/Furgão:**

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	QUANTIDADE (13*, 14 e 15/11/2020)	QUANTIDADE (27*, 28 e 29/11/2020)	MÉTRICA
2	<p>a) Ano de fabricação: 2014 ou superior.</p> <p>b) Van ou furgão com carroceria fechada com espaço de carga de no mínimo 5 m³.</p> <p>c) Franquia por turno da Eleição de 200 km por veículo (1º turno, dias 14 e 15/11/2020; 2º turno, dias 28 e 29/11/2020).</p> <p>c.1) Os quilômetros da franquia não utilizados por um veículo ficarão como crédito para os outros veículos dentro do período contratado (turno das Eleições), de modo que, na apuração do valor a ser pago referente à franquia, será considerado o somatório de quilômetros percorridos por cada veículo nesse período.</p>	<b>10</b> (dia 13/11/2020).	<b>10</b> (dia 27/11/2020).	Serviço
		<b>30</b> (demais dias).	<b>30</b> (demais dias).	

- 1.4.2.1 Composição do serviço:**
- 1.4.2.1.1** 30 (trinta) veículos (van/furgão) para os dias 14 e 15/11/2020 e, se houver segundo turno, para os dias 28 e 29/11/2020.
- 1.4.2.1.1.1** Os serviços de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas serão realizados nas datas especificadas no item **1.4.2.1.1**, no entanto, nos dias 13 e 27/11/2020 (se for o caso), 10 (dez) veículos (van/furgão) deverão se apresentar às 13 horas, para atividade de carregamento de urnas.
- 1.4.2.1.1.1.1** A Gestão/Fiscalização da Contratação informará, com antecedência mínima de 72h, o horário de início das atividades nos dias 14, 15, 28 e 29/11/2020.
- 1.4.2.2** Os veículos ficarão à disposição da Justiça Eleitoral, permanecendo nas Sede do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais da Capital, aguardando os possíveis chamados para execução das atividades.
- 1.4.2.3** Para o cálculo dos quilômetros rodados por cada veículo, serão considerados apenas os trechos que envolvam deslocamento em serviço.

**CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

- 2.1** O prazo de vigência da contratação e para execução dos serviços compreende:
- 2.1.1** O período de 24/8 a 17/11/2020 e, se houver segundo turno, também de 18/11 a 1/12/2020, no caso dos veículos do item **1.4.1 (carro popular de passeio)**.
- 2.1.2** Os dias 13 a 15/11/2020 e, se houver segundo turno, também 27 a 29/11/2020, no caso dos veículos do item **1.4.2 (van/furgão)**.
- 2.2** Excepcionalmente, a critério exclusivo do CONTRATANTE, poderá haver prorrogação do prazo de vigência para contemplar novo momento para o início da execução dos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES E VEDAÇÕES À CONTRATADA**

- 3.1** As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste Instrumento, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 3.2 A CONTRATADA deverá:**
- 3.2.1** Executar os serviços objeto deste Instrumento de acordo com o pactuado, devendo estar atenta às disposições de normas e Leis que tratam da segurança do veículo, equipamentos e condutor, como também à legislação trabalhista, além das normas e Leis que venham a ser publicadas durante a vigência do período de execução da contratação e que tenham estrita relação com o objeto contratado.
- 3.2.2** Responsabilizar-se pelos danos causados ao TRE-SE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação por seus funcionários, bem como pelas multas de infração ao Código de Trânsito Brasileiro, apresentando seguro privado ou declaração de responsabilidade civil e criminal pelos atos de seus motoristas durante a execução do serviço.

- 3.2.3** Comprovar que os veículos disponibilizados para a execução do serviço são de sua propriedade ou lhe são vinculados juridicamente.
- 3.2.4** Manter, durante a vigência da contratação, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
- 3.2.5** Respeitar as normas e procedimentos de controle interno do CONTRATANTE, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde serão executados os serviços.
- 3.2.6** Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 3.2.7** Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que está sendo prestado.
- 3.2.8** Refazer os serviços que, a juízo do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.
- 3.2.9** Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do CONTRATANTE.
- 3.2.10** Manter seus empregados sob as normas disciplinares do CONTRATANTE, substituindo, no prazo indicado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo CONTRATANTE.
- 3.2.10.1** O substituto somente será aceito após comprovação prévia de atendimento das qualificações especificadas neste Instrumento, desde que uniformizado (se for o caso) e portando crachá de identificação.
- 3.2.11** Manter os seus empregados devidamente identificados por **crachá**, na forma abaixo, além de fornecer e fiscalizar o correto uso dos equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços, quando for o caso.
- 3.2.11.1** O crachá (um por empregado) deve ser em material acrílico e deve conter: foto recente [no mínimo dentro dos 3 (três) meses antes do início deste Instrumento], nome completo, RG, tipo sanguíneo e suporte com dispositivo para fixação.
- 3.2.11.2** É expressamente vedada aos motoristas a utilização de chinelos ou qualquer calçado que não os apropriados para o serviço.
- 3.2.11.3** Para os condutores dos veículos de passeio especificados no item **1.4.1**, além de crachá, **deverá ser fornecido uniforme, desde o momento da inspeção veicular**, na forma a seguir: **(a)** 2 (duas) calças sociais pretas; **(b)** 2 (duas) camisas azuis claras de mangas curtas em tecido 100% algodão; **(c)** 1 (um) cinto preto em couro; **(d)** 1 (um) par de sapatos pretos tipo social e em couro; **(e)** 2 (dois) pares de meias tipo social pretas em algodão para sapato social.
- 3.2.11.3.1** O uniforme deverá ser fornecido mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue ao CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias a contar do fornecimento, não podendo ser repassado o custo do uniforme aos funcionários.
- 3.2.12** Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a Gestão/Fiscalização da Contratação, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados.
- 3.2.13** Coordenar e controlar a execução dos serviços prestados.
- 3.2.14** Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.
- 3.2.15** Assumir todas as responsabilidades e, por meio do preposto, tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito.
- 3.2.16** Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência.
- 3.2.17** Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados.
- 3.2.18** Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do Tribunal, por meio próprio ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário, para assegurar a continuidade normal dos trabalhos.
- 3.2.19** Efetuar o pagamento de salários e demais verbas via depósito bancário, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo as comprovações respectivas.
- 3.2.20** Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.
- 3.2.21** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução da contratação, ainda que acontecidos em dependência do CONTRATANTE.
- 3.2.22** Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução da contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 3.2.23** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.
- 3.2.24** Fornecer à Gestão/Fiscalização da Contratação relação nominal de condutores, contendo os respectivos endereços e telefones residenciais, bem como os números de telefones celulares e, quando for o caso, comunicar imediatamente quaisquer modificações havidas na relação.
- 3.2.25** Apresentar na sede do TRE-SE:
- 3.2.25.1** Para o item **1.4.1 (carro popular de passeio)**: no dia 21 de agosto de 2020, sexta-feira, às 9h, os veículos e seus condutores.
- 3.2.25.1.1** Nesse momento, a Gestão/Fiscalização da Contratação inspecionará os veículos, verificará a presença e conformidade dos documentos (veículo e condutor) necessários à prestação dos serviços, além de promover ambientação dos condutores/motoristas quanto às rotinas de trabalho e procedimentos administrativos.
- 3.2.25.1.2** Eventuais falhas físico-mecânicas constatadas na inspeção veicular, ou inconformidades documentais (veículo e condutor), deverão ser corrigidas antes do momento do início da prestação dos serviços ou no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, se já iniciado.
- 3.2.25.1.2.1** Por correção, entende-se não apenas o reparo da falha físico-mecânica ou a regularização das inconformidades documentais, mas também a eventual substituição do veículo, se necessária essa providência.
- 3.2.25.1.2.2** Com ou sem necessidade de substituição do veículo, haverá nova inspeção.
- 3.2.25.2** Para o item **1.4.2 (van/furgão)**: na semana que anteceder o dia da eleição, em dia e horário previamente agendados pela Gestão/Fiscalização da Contratação, os veículos que serão utilizados na prestação dos serviços.
- 3.2.25.2.1** No dia agendado em consonância com o item **3.2.25.2**, a Gestão/Fiscalização da Contratação inspecionará os veículos e verificará a presença e conformidade dos documentos (veículo e condutor) necessários à prestação dos serviços.
- 3.2.25.2.2** Eventuais falhas físico-mecânicas constatadas na inspeção veicular, ou inconformidades documentais (veículo e condutor), deverão ser **corrigidas** antes do momento do início da prestação dos serviços ou no prazo de 2 (duas) horas, se já iniciado.
- 3.2.25.2.2.1** Por correção, entende-se não apenas o reparo da falha físico-mecânica ou a regularização das inconformidades documentais, mas também a eventual substituição do veículo, se necessária essa providência.
- 3.2.25.2.2.2** Com ou sem necessidade de substituição do veículo, haverá nova inspeção.
- 3.2.26** Orientar os condutores/motoristas à:
- 3.2.26.1** Apresentarem-se asseados, com crachá e uniformizados (quando for o caso).
- 3.2.26.2** Cumprirem as normas da legislação de trânsito.
- 3.2.27** Apresentar, quando da execução dos serviços, veículos limpos e abastecidos.
- 3.2.27.1** Para o item **1.4.1 (carro popular de passeio)**, haverá previsão de lavagem semanal dos veículos, **às expensas da CONTRATADA**, previamente agendada pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

**3.2.28** Apresentar a documentação indicada na **cláusula quarta** na forma e no prazo lá consignados.

**3.2.29** Informar, previamente ao início das atividades, endereço eletrônico (e-mail) para realização de tratativas durante a execução da contratação, se necessárias, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

**3.2.30** Observar as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.

**3.2.31** Acatar as diretivas, decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito.

**3.2.32** Além das obrigações supracitadas, a CONTRATADA, para o item **1.4.1 (carro de popular de passeio)**, deverá:

**3.2.32.1** Entregar, no 1º (primeiro) dia útil de cada mês, as folhas de ponto de seus empregados, oportunidade em que providenciará o recolhimento dos controles de frequência do mês anterior, devidamente conferidos pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou auxiliares na fiscalização.

**3.2.32.2** Assinar, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do Tribunal, os documentos de abertura da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do TRE-SE.

**3.2.32.3** Responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como: salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

**3.2.32.4** Autorizar o TRE-SE, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização e sem prejuízo das sanções cabíveis, a deduzir das Faturas devidas os valores referentes aos salários e demais benefícios e a realizar os pagamentos diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS.

**3.2.32.4.1** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto contratado.

**3.2.32.4.2** O disposto no item **3.2.32.4** não exime a obrigação da CONTRATADA relativa à emissão e ao envio da folha de pagamento e das guias previstas no item **4.1.2.1**, referentes ao mês da Fatura.

**3.2.32.4.3** Para o cumprimento da excepcionalidade descrita no item **3.2.32.4**, a CONTRATADA deverá apresentar demonstrativos individualizados de pagamento, com relação de CPF e dados bancários de seus empregados, a fim de viabilizar o desconto na Fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas previstas.

**3.2.32.5** Executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida, caso solicitado previamente pelo CONTRATANTE e desde que haja acordo individual escrito ou o instrumento coletivo autorizativo.

**3.2.32.6** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com este Tribunal, não sendo possível o envio de trabalhadores tipo diarista, sem vínculo empregatício com a empresa vencedora do certame e contratada para a execução do serviço solicitado neste Instrumento.

**3.2.33.7** Orientar os empregados quanto à necessidade de manter o distanciamento social, usar máscaras e álcool em gel constantemente, dentre outras medidas que se fizerem necessárias ao combate/prevenção à COVID-19, conforme regras a serem repassadas pela Gestão/Fiscalização do Contrato.

**3.2.33.7.1** A CONTRATADA também deverá fornecer os seguintes equipamentos de proteção/material para higienização das mãos:

a. máscara de tecido, lavável e reutilizável, conforme quantitativos e especificações abaixo discriminados:

a.1. 4 unidades mensais para os condutores dos veículos de passeio relacionados no item 2.1; 2 unidades - para os 3 dias -, para os condutores indicados no item 2.2;

a.2. a máscara deverá possuir 3 (três) camadas: a) camada interna com material absorvente (como algodão); b) camada intermediária de polipropileno, para funcionar como filtro; c) camada externa com material pouco absorvente como o poliéster; elástico que prenda na orelha e tamanho suficiente de modo a cobrir totalmente a boca e nariz e serem bem ajustadas ao rosto, sem deixar espaços nas laterais

b. álcool em gel a 70%, antisséptico para as mãos: previsão de 1,320 litros por mês, para condutores dos veículos de passeio especificados no item 2.1; 180 mililitros para 3 dias, para os condutores especificados no item 2.2;

c. dispenser, tipo válvula pump-bico de pato: 1 (uma) unidade do produto, por motorista.

**3.3 É expressamente vedado à CONTRATADA:**

**3.3.1** Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

**3.3.2** Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir totalmente) a contratação.

**3.3.3** Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

**3.3.4** Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

**3.3.5** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**3.4 O CONTRATANTE deverá:**

**3.4.1** Emitir Nota de Empenho.

**3.4.2** Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA.

**3.4.3** Comunicar formalmente à CONTRATADA, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual.

**3.4.4** Proporcionar à CONTRATADA as condições indispensáveis ao fornecimento do objeto deste Instrumento.

**3.4.5** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

**3.4.6** Fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado.

**3.4.7** Disponibilizar local nas dependências dos imóveis da Justiça Eleitoral de Sergipe para estacionamento dos veículos relativos ao item **1.4.1 (carro popular de passeio)**.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**

**4.1** Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, independentemente de solicitação, a documentação a seguir relacionada:

**4.1.1** Acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social — CND.

b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF.

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

d) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

f) Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (RANFS) emitido pela Prefeitura Municipal de Aracaju/SE, no caso de o prestador de serviço não estar sediado na referida

municipalidade.

**4.1.1.1** Com exceção do RANFS, os documentos indicados no item **4.1.1** poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

**4.1.2** Apenas para a prestação de serviço relativa ao item **1.4.1 (carro popular de passeio)**:

**4.1.2.1 Mensalmente:**

**a)** Os documentos indicados no item **4.1.1**.

**b)** Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP, Guia da Previdência Social – GPS e a Guia de Recolhimento do FGTS referente ao mês anterior da fatura/folha de pagamento e os comprovantes de pagamento da GPS, se for o caso, e da GRF, ou outros documentos que os substituam.

**c)** Cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade CONTRATANTE; ou cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) do mês da prestação dos serviços, e ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários.

**d)** Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio alimentação etc.) a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços.

**e)** Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

**4.1.2.1.1** A exigência da documentação elencada no item **4.1.2.1** poderá ser flexibilizada posteriormente, mediante acordo em reunião de delineamento ou por meio de comunicação eletrônica do CONTRATANTE à CONTRATADA.

**4.1.2.2 A qualquer momento, quando solicitado pela Fiscalização Administrativa:**

**a)** Extratos de informações previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço — FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA.

**b)** Protocolo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, até o mês seguinte à data prevista em normativo próprio expedido pelo Ministério competente.

**4.1.2.3 Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, em caso de admissão/demissão de empregados ou quando da ocorrência do fato gerador:**

**4.1.2.3.1 No primeiro mês de prestação dos serviços:**

**4.1.2.3.1.1 Até 1 (um) dia antes do início dos trabalhos:** relação nominal dos empregados contendo nome completo, cargo ou função, horário de trabalho, RG, CPF, bem como todos os documentos que comprovem a experiência e qualificação dos profissionais alocados, previstos neste Instrumento.

**4.1.2.3.1.1.1** Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (sede e demais unidades) de empregados não integrantes da relação mencionada no item **4.1.2.3.1.1**, devendo qualquer alteração ser imediatamente comunicada à Gestão/Fiscalização da Contratação.

**4.1.2.3.2 Até 15 (quinze) dias** após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novos empregados: cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, ou registros eletrônicos nos sistemas informatizados da CTPS em meio digital e dos exames médicos admissionais dos empregados vinculados à prestação de serviços avençados.

**4.1.2.3.3 Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão da contratação)**, em relação aos empregados que foram demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução contratual, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

**4.1.2.3.3.1** Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria, de acordo com a legislação vigente aplicável.

**4.1.2.3.3.2** Exames médicos demissionais, quando cabíveis.

**4.1.2.3.3.3** Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.

**4.1.2.3.3.4** Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

**4.1.2.3.4 Até 10 (dez) dias, a contar do fato gerador:**

**4.1.2.3.4.1** Aviso de férias e o respectivo comprovante de pagamento.

**4.1.2.3.4.2** Folha de pagamento do décimo terceiro salário, acompanhada do comprovante de pagamento/depósito dos valores, da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP.

**4.1.2.3.4.3** Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, Guia Rescisória do FGTS, com os respectivos comprovantes de pagamento.

**4.1.2.3.4.4** Declaração de renúncia de vale-transporte assinada pelo empregado e pela CONTRATADA.

**4.2** Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contado a partir do recebimento de diligência da Gestão/Fiscalização da Contratação, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

**4.3** O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderão implicar rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidades e demais cominações legais.

## CLÁUSULA QUINTA - GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

**5.1** A Gestão da Execução do Contrato será realizada pelo(a) titular da Coordenadoria de Obras e Serviços (COSER) ou, na sua ausência, pelo substituto designado.

**5.2** A Fiscalização Técnica da contratação será realizada por servidor designado lotado na Seção de Segurança e Transporte (SESET), por meio de acompanhamento da execução do objeto contratado, cabendo-lhe comunicar à COSER, verbalmente ou por escrito, eventuais irregularidades identificadas referentes à não conformidade da execução com as condições estabelecidas para a contratação.

**5.3** A Fiscalização Setorial será realizada pelas Chefias de Cartórios da Capital, beneficiárias diretas do objeto pactuado, que comunicarão também as irregularidades identificadas à Gestão da Execução do Contrato, verbalmente ou por escrito.

**5.4** A Fiscalização Administrativa será realizada pelo(a) titular do Núcleo Administrativo de Fiscalização de Contratos (NAF) ou, na sua ausência, pelo substituto designado.

**5.5** A atestação de conformidade do fornecimento do objeto caberá à Gestão da Execução do Contrato, em até 2 (dois) dias úteis contados da perfeita e efetiva prestação dos serviços, e será consignada na Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA, procedendo-se ao registro de observações, se necessário.

**5.5.1** A Gestão/Fiscalização da Contratação determinará o que for necessário à solução das irregularidades detectadas durante a execução contratual e rejeitará, no todo ou em parte, o objeto avençado que não obedecer à regras e obrigações estabelecidas para a contratação.

**5.6** A Gestão/Fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução do objeto avençado e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao CONTRATANTE ou a terceiros.

**5.7** Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta submeterá a matéria aos seus respectivos superiores hierárquicos, em tempo hábil, para que seja determinada a adoção das medidas cabíveis.

**5.8** Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados em 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

**5.9** Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços sem autorização expressa da Gestão/Fiscalização da Contratação.

## CLÁUSULA SEXTA - VALORES



- 6.1 O valor global do presente Contrato importa em R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), compreendendo:
- 6.1.1 No caso do item 1.4.1 (carro popular de passeio), o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), compreendendo:
- 6.1.1.1 O valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente à locação: de 06 (seis) veículos no período de 24/8 a 22/9/2020; de 10 (dez) veículos no período de 23/9 a 17/11/2020 e, se houver segundo turno, também de 18/11 a 1/12/2020.
- 6.1.1.2 O valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente à estimativa de 150 (cento e cinquenta) diárias sem pernoite (para fora da "Grande Aracaju").
- 6.1.1.3 O valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente à estimativa de 30 (trinta) diárias com pernoite (para fora da "Grande Aracaju").
- 6.1.1.4 O valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente à estimativa de 8.640 Km (oito mil, seiscentos e quarenta quilômetros) excedentes.
- 6.1.1.5 O valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente à estimativa de 800h (oitocentas horas) extras de segunda a sábado.
- 6.1.1.6 O valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente à estimativa de 500h (quinhentas horas) extras de domingos e feriados.
- 6.1.2 No caso do item 1.4.2 (van/furgão), o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), compreendendo:
- 6.1.2.1 R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente à locação de 30 (trinta) veículos, nos dias 14 e 15/11/2020.
- 6.1.2.2 R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente à locação de 30 (trinta) veículos, nos dias 28 e 29/11/2020, se houver segundo turno.
- 6.1.2.3 R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente à locação de 10 (dez) veículos, no dia 13/11/2020, e, se houver segundo turno, também no dia 27/11/2020.

CLÁUSULA SÉTIMA - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1 A CONTRATADA deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação do serviço, Nota Fiscal/Fatura dos serviços, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no artigo 31 da Lei 8.212/1991 (e alterações).
- 7.2 A atestação da Nota Fiscal/Fatura correspondente caberá à Gestão da Execução da Contratação ou a outro servidor designado para esse fim e será feita em até 2 (dois) dias úteis contados da perfeita e efetiva prestação dos serviços.
- 7.3 No caso de as Notas Fiscais/Faturas serem emitidas e entregues ao CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 7.1, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.
- 7.4 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em até 10 (dez) dias úteis contados da protocolização da Nota Fiscal/Fatura e dos documentos relacionados nos itens 4.1.1 e 4.1.2.
- 7.5 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA.
- 7.6 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante deste Instrumento, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.
- 7.7 Ao CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do Anexo I ao Edital do Pregão 08/2020 - Eletrônico (Termo de Referência) e deste Instrumento.
- 7.8 O CONTRATANTE está autorizado a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela CONTRATADA.
- 7.9 O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do Anexo I ao Edital do Pregão 08/2020 - Eletrônico (Termo de Referência) ou deste Instrumento.
- 7.10 A não apresentação da documentação de que trata a cláusula quarta no prazo de 30 (trinta) dias contado de sua solicitação pelo CONTRATANTE poderá ensejar a rescisão da contratação e os valores retidos cautelarmente somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se regularizados.
- 7.11 No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 7.11.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, em que:
- EM = Encargos moratórios devidos.
- N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.
- VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA OITAVA - RETENÇÕES NA FONTE

- 8.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:
- 8.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para seguridade social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei n° 9.430/1996 (e alterações).
- 8.1.2 Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB n° 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei n° 8.212/1991 (e alterações).
- 8.1.3 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar n° 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.
- 8.1.4 Da provisão de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos, nos termos da Resolução n° 169, de 31/1/2013 (e alterações), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também disciplina a forma de resgate desses valores retidos, especificamente para o item 1.4.1 (carro popular de passeio).
- 8.1.4.1 Serão retidos do pagamento do valor mensal da empresa os valores referentes às rubricas de férias, 1/3 constitucional, 13° salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13° salário, para serem depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta no nome da CONTRATADA e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Tribunal.
- 8.1.4.2 Para os fins de retenção serão observados os seguintes percentuais (conforme consta da proposta vencedora):

Rubrica	Percentual (%)
Férias e 1/3 constitucional	12,10
13° salário	8,33
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,00

Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	conforme planilha do licitante
---	--------------------------------

**8.1.4.3** O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas: férias; 1/3 constitucional; 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, que serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

**8.1.4.4** Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

**8.1.4.5** A empresa CONTRATADA poderá solicitar autorização do Tribunal para:

**8.1.4.5.1** Resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item **8.1.4.1**, desde que comprovado se tratar dos empregados alocados pela contratada para prestação dos serviços contratados.

**8.1.4.5.2** Movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução deste Instrumento, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item **8.1.4.1**.

**8.1.4.6** Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, conforme previsto no item **8.1.4.5.1**, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item **8.1.4.1**.

**8.1.4.7** O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação — será liberado à empresa no momento do encerramento da Contratação, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço pactuado.

**8.1.4.8** Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

**8.1.5** Especificamente quanto ao pagamento de **DIÁRIAS**, aplicam-se à espécie as retenções elencadas nos subitens **8.1.1** a **8.1.3**.

#### CLÁUSULA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**9.1** As despesas com este Contrato terão como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros consignados no Orçamento Geral da União e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.061.0033.4269.0001 - Pleitos Eleitorais - PTRES: 167864, Grupo Natureza de Despesa (GND) – Outras Despesas Correntes, Elemento de Despesa 3.3.9.0.33 - Passagens e Despesas com Locomoção, Subelemento de Despesa 3.3.9.0.33.03 - Locação de Meios de Transporte, Subelemento VDP (somente para serviços) 3.3.2.3.1.04.00 - Serv. Transp. Passagem, Locação e Hospedagem -PJ, Nota de Empenho 2020NEXXXXXX.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

**10.1** Este Instrumento poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REPACTUAÇÃO E (NÃO) REAJUSTE

**11.1** A superveniência de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho (2020/2020) possibilitará a repactuação de preços **avencados para o item 2.1 (carro popular de passeio), exclusivamente**, desde que não operada a preclusão lógica do exercício desse direito com a formulação do pedido depois de extinto o Contrato.

**11.1.1** Os novos valores contratuais terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra;

b) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**11.2** As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a ser alterado.

**11.2.1** O(s) preço(s) de insumo(s) de mão de obra decorrente(s) de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale-transporte, será(ão) reajustado(s) com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento — e por meio do mesmo instrumento — em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos do item **11.1.1**.

**11.3** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

**11.4 Não haverá reajuste dos custos com insumos e materiais**, uma vez que o interregno entre a apresentação da proposta no certame e o término da vigência da avença não será superior a 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**12.1** A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** contado da assinatura deste Instrumento, comprovante de prestação de garantia na modalidade XXX (forma definida pela CONTRATADA, dentre as opções do Anexo I do Edital do certame) no valor de R\$ XXX,XX (valor por extenso), com vigência entre \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (90 - noventa - dias após o término de vigência contratual).

**12.2** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**12.2.1** Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

**12.2.2** Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA em sede de processo administrativo sancionatório.

**12.2.3** Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Instrumento.

**12.2.4** Obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

**12.3** A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à CONTRATADA reforçá-la, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

**12.4** Em ocorrendo reajustamento de preços (no caso, repactuação e/ou revisão), o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção.

**12.5** A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada em até 10 (dez) dias, ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, bem como descontadas as eventuais multas, finda a vigência da contratação e após atestação da Gestão da Execução do Contrato.

**12.5.1** Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o fim do 2º (segundo) mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para esse fim.

**12.6** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado, a título de garantia.

- 12.6.1** O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.
- 12.6.2** A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 12.6.3** O valor da multa moratória decorrente do atraso da garantia - item **14.1.2.1** - poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.
- 12.7** O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.
- 12.8** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 12.9** Será considerada extinta a garantia:
- 12.9.1** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas contratuais.
- 12.9.2** Com o término da vigência do Contrato (observado o prazo de 90 dias sinalizado no item **12.1**), que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.
- 12.10** Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência deste Instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO**

- 13.1** A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.
- 13.2** No processo que visa à rescisão da contratação serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acateladoras.
- 13.3** As comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1** Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, e garantidos, portanto, o contraditório e a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isoladamente ou não, com as seguintes reprimendas:
- 14.1.1 Advertência**, a ser aplicada pela Gestão da Execução da Contratação, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.
- 14.1.2 Multa moratória**, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nas seguintes hipóteses:
- 14.1.2.1** Por deixar de apresentar Garantia à contratação no prazo consignado no item **12.1**, a CONTRATADA ficará sujeita à multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor total contratado, por dia de atraso, até o limite de 2,0% (dois por cento).
- 14.1.2.2** Para o item **1.4.1 (carro popular de passeio)**:
- 14.1.2.2.1** Multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global da contratação, por hora de atraso decorrente do descumprimento do momento para a apresentação dos veículos, conforme estabelecido no item **3.2.25.1**.
- 14.1.2.2.2** Multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global da contratação, por hora de atraso decorrente do descumprimento do prazo para a regularização de inconformidades documentais, bem como para a correção de veículo que eventualmente apresente falha físico-mecânica, conforme estabelecido no item **3.2.25.1.2**, incluída aqui também a hipótese de substituição, se necessária essa providência, nos termos do item **3.2.25.1.2.1**.
- 14.1.2.2.3** Multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global da contratação, por dia de atraso do prazo estabelecido para a assinatura dos documentos de abertura da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação, como assentado no item **3.2.32.2**.
- 14.1.2.3** Para o item **1.4.2 (van/furgão)**:
- 14.1.2.3.1** Multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global da contratação, por cada 30 (trinta) minutos de atraso decorrente do descumprimento do momento para a apresentação dos veículos, conforme estabelecido no item **3.2.25.2**.
- 14.1.2.3.2** Multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global da contratação, por hora de atraso decorrente do descumprimento do prazo para a regularização de inconformidades documentais, bem como para a correção de veículo que eventualmente apresente falha físico-mecânica, conforme estabelecido no item **3.2.25.2.2**, incluída aqui também a hipótese de substituição, se necessária essa providência, nos termos do item **3.2.25.2.2.1**.
- 14.1.3 Multa**, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.
- 14.1.3.1** No caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado.
- 14.1.3.1.1** A inexecução total do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE se a CONTRATADA não iniciar as atividades em até 5 (cinco) dias corridos do momento estabelecido no **Anexo I** ao Edital do Pregão 08/2020 - Eletrônico (Termo de Referência) ou neste Instrumento, para o item **1.4.1 (carro popular de passeio)** e, para o item **1.4.2 (van/furgão)**, se não iniciadas as atividades no prazo de 8 (oito) horas do momento estabelecido nos mesmos documentos ora mencionados.
- 14.1.3.2** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida abaixo:

Tabela I

Grau	Correspondência (% do valor total da contratação)
1	0,2%
2	0,5%
3	1,0%
4	2,0%
5	3,0%
6	4,0%

7	5,0%
---	------

Tabela II

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado (apenas quanto ao item 1.4.1 - carro popular de passeio) e/ou sem crachá	2	Por empregado e por ocorrência
2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços	2	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar	3	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	6	Por dia
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus colaboradores/funcionários	4	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto contratado	6	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, sem motivo justificado	6	Por ocorrência
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	7	Por ocorrência
9	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE	5	Por empregado e por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
10	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	2	Por empregado e por dia
11	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	2	Por empregado e por dia
12	Manter a documentação de habilitação atualizada	2	Por item e por ocorrência
13	Cumprir horário estabelecido no <b>Anexo I</b> ao Edital do Pregão 08/2020 - Eletrônico (Termo de Referência)/neste Instrumento ou determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação	2	Por dia de ocorrência
14	Cumprir determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação para controle de acesso de seus empregados	2	Por ocorrência
15	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Gestão/Fiscalização da Contratação	3	Por ocorrência
16	Efetuar a reposição de empregados faltosos	3	Por empregado e ocorrência
17	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução da contratação nas datas avençadas	7	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios.
18	Entregar o uniforme aos empregados (apenas quanto ao item 1.4.1. - carro popular de passeio)	2	Por empregado e por dia de atraso.
19	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados	2	Por ocorrência e por empregado.
20	Entregar, no prazo avençado, documentação exigida na cláusula referente à DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.	2	Por ocorrência e por dia.
21	Entregar, no prazo definido, os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do <b>Anexo I</b> ao Edital do Pregão 08/2020 - Eletrônico (Termo de Referência) e/ou deste Instrumento	3	Por ocorrência e por dia.
22	Cumprir quaisquer dos itens deste Instrumento e dos demais anexos do respectivo Edital do Pregão Eletrônico não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação	4	Por item e por ocorrência.
23	Atender normas sobre saúde, higiene e segurança do trabalho, incluídas às referentes ao combate à COVID-19	7	Por ocorrência apontada

**14.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nos prazos adiante indicados e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

**14.1.4.1 Por até 1 (um) ano**, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da Contratação.

**14.1.4.2 Por até 2 (dois) anos**, no caso de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação que venha a causar prejuízo ao CONTRATANTE.

**14.1.4.3 Por até 5 (cinco) anos**, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da Contratação.

**14.1.4.3.1** Para os fins do item **14.1.4.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como apresentar documentação e/ou fazer declaração falsa, bem como as condutas descritas nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

**14.2** O valor das multas previstas nos itens **14.1.2** e **14.1.3**, bem como o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, poderão ser descontados das Faturas devidas à CONTRATADA.

- 14.2.1** Se o valor da Fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação oficial.
- 14.2.2** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.
- 14.3** À CONTRATADA que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:
- 14.3.1** Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.
- 14.3.1.1** Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.
- 14.3.1.2** Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.
- 14.3.2** Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.
- 14.3.3** Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **14.3.1** e **14.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da CONTRATADA e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.
- 14.4** As comunicações de atos processuais serão realizadas conforme disposto no item **13.3**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO**

**15.1** A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

**16.1** A CONTRATADA indica \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, para representá-la na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de solicitar motivadamente, a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a CONTRATADA deverá indicar outro representante.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VINCULAÇÃO**

**17.1** Integram o presente Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital do Pregão 08/2020 - Eletrônico, os seus Anexos e a Proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO**

**18.1** As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**19.1** Aplicam-se a este Instrumento e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 9.507/2018, a Resolução CNJ 169/2013 e suas atualizações, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 120/2015 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, cujo extrato fica registrado, de acordo com o art. 60 da Lei 8.666/1993, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais.

Aracaju, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2020.

**Desembargador JOSÉ DOS ANJOS**  
Presidente

**NOME DA(O) REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

Razão Social da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ROBERTO CAVALCANTI PEREIRA, Analista Judiciário**, em 09/07/2020, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
informando o código verificador **0879439** e o código CRC **160EB2EE**.